

Gramsci e Thompson: notas para uma história social da política

LAURINDO MÉKIE PEREIRA*

O objetivo desse texto é discutir os caminhos para uma história social da política a partir de um diálogo crítico entre a chamada nova história política e os conceitos de dois importantes autores do século XX, o italiano Antônio Gramsci e o inglês Edward Palmer Thompson.

Essa abordagem é parte de um esforço maior que venho procurando fazer com o intuito de problematizar alguns pontos da nova história política, recorrendo, para essa empreitada, a alguns conceitos primordiais do materialismo histórico (PEREIRA, 2008, 2009).

A partir dos *Annales* (1929) difundiu-se uma forte crítica à história política, tendo essa mergulhado em uma crise que durou décadas. Efetivamente, a história política até então praticada não era digna de muito apreço. Ela era, entre outras coisas, elitista, biográfica, narrativa, idealista, ideológica e factual (JULLIARD, 1974:180-181).

No entanto, a partir dos anos 1970, a história política vem experimentando um novo fôlego. Destaco para exame três momentos dessa nova fase, tomando como referência três textos: *A política*, de Jacques Julliard (1974), *Por uma história política*, de René Remond (1988) e *Cultura política*, de Serge Berstein (1998).¹

O que define a *nova história política*? O texto de Julliard é, a um só tempo, uma crítica à história política tradicional, uma descrição do que era a nova história política que surgia e uma proposta para o que ela deveria ser, consolidando e ampliando os avanços verificados. Vou tratar dos dois últimos aspectos de forma conjunta.

Entre as razões apontadas pelo autor para o novo impulso nos estudos do político pode-se destacar: a) ampliava-se a definição de política: “Se agora a soma do poder não reside mais no monarca, mas no ‘príncipe coletivo’ (Gramsci), seja ela partido, sindicato, administração, grupo de pressão, então, a política deixa de ser assunto de

* Professor do Mestrado em História Social da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes. Doutor em História pela USP. Esse trabalho conta com o apoio financeiro da FAPEMIG.

¹ Coloquei aqui as datas da primeira edição para melhor demarcar o tempo. As edições (brasileiras) que utilizo possuem datas diferentes.

psicologia e moral, para ser assunto de sociologia e praxeologia” (JULLIARD, 1976:184); b) incorporava-se o tempo médio e o tempo longo introduzindo “na história política uma dialética da continuidade e da transformação, da estrutura e da conjuntura, dialética que lhe faltava até aqui.” (JULLIARD, 1976: 185) O resultado disso foi conferir à história política uma “respiração mais profunda, mais ampla, em lugar da respiração curta a que parecia destinada por causa de sua dedicação aos acontecimentos” (JULLIARD, 1976:185), c) a história reconciliou-se com o quantitativo (Idem, p. 188-189); d) passou-se a considerar não apenas o poder em si, mas também a sua “repartição”, assim como repensou-se a compreensão do Estado e seu funcionamento, sendo Nicos Poulantzas um dos autores a contribuir nesse processo (JULLIARD, 1976:190-191).

Passados 14 anos, René Remond organizou uma obra que celebra as vitórias da história política nas décadas anteriores. Enquanto em Julliard há um misto de diagnóstico e desejo quanto às mudanças que os historiadores da política faziam/deviam fazer, em Remond há uma afirmação do que, segundo o autor, estava sendo feito. Para Remond, cada uma das críticas dirigidas à história política tradicional – restrição ao tempo curto, idealismo, ênfase no fato e no indivíduo e ausência das massas, incapacidade em usar dados quantitativos – podiam ser refutadas com os novos estudos e até mesmo a partir da análise cuidadosa de alguns estudos antigos (REMOND, 2003). Essas respostas teriam sido possíveis em virtude de fatores *históricos*, teóricos e metodológicos. No primeiro caso, o autor destaca as guerras do século XX, as crises econômicas e o seu enfrentamento e a expansão das relações internacionais, processos que possuem em comum a forte presença e protagonismo do Estado, cujas funções e alcance ampliaram-se grandemente. Entre os fatores teóricos, destaca a afirmação do político enquanto instância específica e não simples reflexo do social e econômico. As mudanças metodológicas foram também importantes: a história política aproximou-se da Sociologia, Ciência Política, Direito Público, Linguística, Psicologia Social, Psicanálise, Matemática, Informática e Cartografia, extraindo de cada uma delas ferramentas diversas que lhe permitiram renovar-se (REMOND, 2003).

Julliard e Remond apresentam em comum o esforço para mostrar que a história política poderia ser feita com as mesmas ferramentas e com o mesmo êxito dos estudos

sociais e econômicos prevaletentes nas duas primeiras gerações dos Annales (1929-1969).

No entanto, a nova história política dos últimos anos é tributária do que se convencionou chamar terceira geração dos Annales. Nas palavras de Falcon,

Poder e política passam assim ao domínio das representações sociais e suas conexões com as práticas sociais; coloca-se como prioritária a problemática do simbólico – simbolismo, formas simbólicas, mas sobretudo o poder simbólico, como em Bourdieu. O estudo do político vai compreender a partir daí não mais apenas a política em seu sentido tradicional mas, em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder.” (FALCON, 1997:76)

Nessa nova história, os estudos da política passam a preocupar-se com os fatores subjetivos, não racionais e suas implicações nas relações de poder. Pierre Ansart refere-se a estes fatores como afetivos. Segundo o autor, a moderna sociedade capitalista produz um movimento contraditório ao despertar os mais extensos desejos e fantasias e restringir, na prática, a sua realização. O resultado é um “mal-estar”, uma frustração que também incide sobre a política e sua gestão (ANSART, 2002:57-59). Nessa sociedade, exige-se dos agentes políticos – líderes e partidos – um esforço maior para identificar e explorar os temas e imagens que mais seduzem os eleitores e, por esta via, conquistar o seu voto e apoio.

Apesar do “mal-estar” e mesmo e do “desencantamento” que os debates e as recíprocas acusações entre grupos, partidos e candidatos provocam na população, a política conserva um forte componente afetivo, aspecto que ficaria mais evidenciado nas eleições, eventos festivos, conforme Ansart (2002:72).

O reconhecimento da importância do simbólico, imaginário ou afetivo, juntamente com a compreensão de que o poder é algo relacional e descentrado, não se localizando apenas no Estado, leitura com forte influência de Foucault (2000), talvez sejam as marcas principais da história política que se passou a fazer nas últimas décadas.

De maneira geral, pode-se dizer que os estudos da política, integrando a tendência da historiografia atual, deram uma guinada em direção à cultura. A *cultura política* de Serge Berstein parece ser uma tentativa de sistematizar essas tendências e procurar traduzi-las em um conceito-chave.

A cultura política se definiria como um conjunto articulado de elementos que conferem aos indivíduos uma identidade (BERSTEIN, 1998:350) sendo integrada por alguns aspectos fundamentais:

uma base filosófica ou doutrinal(...) , uma leitura comum e normativa do passado histórico (...) uma visão institucional que traduz no plano da organização política do Estado os dados filosóficos ou históricos precedentes, uma concepção da sociedade ideal (...) um discurso codificado, em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadores de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante (BERSTEIN, 1998:350-351).

Segundo o autor, o se mostrou operacional em diversas pesquisas realizadas por historiadores e politólogos sobre as grandes famílias políticas francesas na contemporaneidade, a exemplo do Comunismo, Gaulismo, Centrismo, Socialismo e Frente Nacional (BERSTEIN, 1998:352).

As virtudes principais do conceito seriam explicar os comportamentos políticos de forma mais satisfatória do que faz a tese marxista “de uma explicação determinista, pela sociologia”, bem como da tese “idealista pela adesão a uma doutrina política, ou de múltiplas teses avançadas pelos sociólogos do comportamento e mesmo pelos psicólogos” (BERSTEIN, 1998:349). Para o historiador, o conceito possibilita “(...) pelo discurso, o argumentário, ao gestual, descobrir as raízes e as filiações dos indivíduos (...)” e daí compreender as razões profundas de suas escolhas, o que “a explicação pela sociologia, pelo interesse, pela adesão racional a um programa se revela insuficiente, porque parcial, determinista e, portanto, superficial” (BERSTEIN, 1998:362).

Assim, a categoria permitiria compreender a política a partir das lentes amplificadas da cultura, porque a “cultura política é apenas um dos elementos da cultura de uma dada sociedade” (BERSTEIN, 1998:363).

Ao longo do raciocínio do autor sobressai a tese de que as representações individuais e coletivas são elementos fundamentais ou mesmo mais importantes do que os aspectos sócio-econômicos e estruturais para a explicação dos fenômenos políticos. Trata-se de uma tese arriscada, pondera Ciro Flamarion Cardoso (2007). Para este, o autor francês se contradiz ao priorizar as representações como o foco da análise e ao mesmo tempo reconhecer que os fatores estruturais são decisivos para o surgimento e desaparecimento das culturas políticas:

se nos momentos sociais de “traumatismo” grave, ou nos “períodos críticos”, a “realidade” – e nos exemplos dados por Berstein fica claro que ela inclui proeminentemente aspectos estruturais de tipo econômico-social – é tão decisiva para o nascimento e a desagregação das culturas políticas, com que direito foi, então, evacuada da análise em favor das representações, se precisa ser invocada de novo nas explicações mais importantes de todas como uma espécie de fator externo? (CARDOSO, 2007:21)

Enquanto Cardoso aponta problemas no próprio conceito de Berstein, Marcelo Badaró Mattos chama atenção para problemas semelhantes em trabalhos de pesquisa realizados sob os auspícios da chamada nova história política e que elegem como tema questões candentes na sociedade brasileira como o governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. Nas palavras do autor:

(...) pode-se situar a maior parte da produção recente a respeito do governo Goulart como decisivamente influenciada pela perspectiva de uma “história política renovada” [...] Sente-se, porém, a falta de um nexo maior entre tal análise política e a história social daquele período. Não no sentido de retomar as teses mais mecânicas de algumas análises [...] que pareciam negar qualquer nível de autonomia à dimensão política, reduzindo todos os desdobramentos daquela conjuntura simples reflexo das contradições do modelo de desenvolvimento econômico. Mas sim para não afastar completamente do horizonte que, para além dos embates entre “esquerdas” e “direitas”, ou melhor, explicando-os, encontramos interesses sociais distintos e conflitantes, que se manifestam em diferentes projetos de poder (MATTOS, 2008: 261).

As preocupações de Cardoso e Mattos são convergentes quanto ao risco da inversão completa dos estudos políticos, ou seja, o reconhecimento da especificidade da instância política e a recusa ao determinismo social e econômico desaguar na completa subtração desses fatores para a compreensão da história e particularmente nos domínios da política.

As contribuições da nova história política e especificamente de autores como Berstein é bastante conhecida. Apontar seus eventuais problemas não equivale a negar-lhes isso. Por outro lado, a recepção e apropriação de seus aportes teóricos e metodológicos podem ser feita de forma criativa e crítica, promovendo um diálogo e mesmo retomando autores que, pela sua qualidade, já fazem parte do patrimônio historiográfico e que, de forma bem sucedida, trataram de questões semelhantes.

Exemplo disso pode ser encontrado nos trabalhos de A. Gramsci e E. P. Thompson, autores filiados a um tradição marxista. Mas mais importante que isso, o que importa é perceber o político articulado ao social. Como dizia Julliard ao proclamar o renovo da história política na década de 1970 “Quer seja marxista ou não, o

historiador não pode desinteressar-se do problema da natureza social do poder político” (JULLIARD, 1976:191).

Grande parte das preocupações da nova história política estão presentes e contempladas nos estudos de Gramsci. As formulações do autor italiano acerca da hegemonia e do senso comum apresentam uma percuciente análise dos processos políticos considerando o conjunto da vida social – aí reunidos o que esquematicamente chamamos de cultural, econômico e político (GRAMSCI, 2004).

Gramsci não era historiador por formação, mas o era na realização de suas reflexões. Foi refletindo sobre as mudanças pelas quais passava a Europa Ocidental na segunda metade do século XIX que ele propôs uma nova formulação sobre o Estado. Gramsci identificou que as organizações coletivas que então surgiam e se multiplicavam ocupavam um papel central na produção e disseminação das idéias e valores predominantes em uma sociedade. É a esse conjunto complexo de instituições, às quais os indivíduos aderem espontaneamente e que não recorrem ao uso da força, mas da persuasão e convencimento, que Gramsci denominou *sociedade civil* (GRAMSCI, 1976).

O desenvolvimento da sociedade civil é desigual. O autor divide os países em sociedades de tipo oriental e ocidental, sendo o vigor da sociedade civil o elemento definidor daquelas de tipo ocidental, e a sua ausência ou fragilidade a marca das orientais. Atento à história, Gramsci não pensa essa divisão em termos estritamente espaciais, mas sim de forma temporal e diacrônica (GRAMSCI, 1976).

É no “ocidente” que se verifica o Estado ampliado de Gramsci: uma unidade sociedade civil (aparelhos não coercitivos)-sociedade política (aparelho coercitivo). Nas palavras do autor, “[...] deve-se notar que na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (nesse sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção)” (GRAMSCI, 1976). Em outra passagem o autor se refere ao Estado como “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados” (GRAMSCI, 1976:149).

Dessa maneira, a leitura gramsciana supera a velha noção de Estado, redefinindo-o como uma arena de conflitos, na qual as classes sociais disputam

continuamente os espaços e recursos de poder. O Estado ampliado de Gramsci, integrando os aparelhos privados de hegemonia e o aparelho coercitivo *stricto sensu* (GRAMSCI, 1976, 2004), traz importantes implicações para a historiografia. Por um lado, ele é muito mais avançado do que os estudos da política que lhes eram contemporâneo, aqueles centrados nas grandes figuras e nos fatos e que motivou as mais duras críticas de Marc Bloch e Lucien Febvre; por outro lado, o pensamento de Gramsci tanto contribuiu para oferecer ao marxismo uma teoria política articulada, bem como desautoriza a vertente vulgar que tratava a política, incluindo o Estado, evidentemente, como mera expressão das relações econômicas.²

Se Gramsci é reconhecido inclusive pelos seus adversários teóricos (SEMERARO, 2002:173) como um pensador da política, Thompson, por sua vez, é mais conhecido pelas suas obras que tratam das questões sociais e culturais. No entanto, e talvez exatamente por isso, os textos de Thompson são instrutivos para a problemática desse texto. Ele trata de política à luz do social.

Tratando das relações entre patrícios e plebeus no século XVIII na Inglaterra e da economia moral que orientava os motins da plebe, Thompson oferece interessantes análises das questões políticas, embora esse não fosse exatamente seu objetivo e ele até hesitasse em chamar de políticas certas situações (THOMPSON, 1998).

O autor cita uma anedota de Daniel Defoe como uma ilustração das mudanças que se observavam na sociedade inglesa daquele tempo em que se desenvolvia a “psicologia do trabalhador livre”:

JUIZ: Entre, Edmund, falei com o seu senhor.
EDMUND: Não com o meu senhor, Vossa Excelência, espero ser o meu próprio senhor.
JUIZ: Bem, com o seu empregador, o Sr. E..., o fabricante de roupas. Serve a palavra empregador?
EDMUND: Sim, sim, Vossa Excelência, qualquer coisa que não seja senhor (THOMPSON, 1998:42)

² Tratei de forma mais detalhada desses conceitos de Gramsci e procurei confrontá-los com as noções de Berstein em PEREIRA, Laurindo Mékie. A nova história política e o marxismo. **Opsis** (UFG-Catalão-GO), v. 8, n. 11, jul.dez. 2008, p. 97-119.

Após citar Defoe, Thompson escreve: “Isso é uma grande mudança nos termos das relações: a subordinação está se tornando objeto de negociação (embora entre partes gritantemente desiguais)” (THOMPSON, 1998:42).

A passagem da noção de política para a de poder é uma das marcas da nova história política, observa Ciro F. Cardoso (2007). Além disso, amplia-se quase que *ad infinitum* a noção de poder, enfatiza-se a sua distribuição e o fato de que ele se dá nas relações. Como assinala Ângela de Castro Gomes, “entre seres humanos não há controles absolutos e ‘coisificação’ de pessoas” e nas relações de dominação “os dominantes não ‘anulam’ os dominados, ainda que haja extremo desequilíbrio de forças entre os dois lados” (GOMES, 2005:24). Pressupondo que haja consenso quanto a isso, a diferenciação entre as visões passa a ser, então, a ênfase que alguns conferem à distribuição e outros às desigualdades dos recursos de poder.

O que análise de Thompson mostra é essa tensão dinâmica entre os limites e as brechas nas relações de poder. Os primeiros são dados pelo que o autor chama de a “hegemonia cultural”, uma tentativa de aplicar o conceito de Gramsci para uma sociedade pré-industrial, e as brechas são produto de uma complexa combinação de diferenças e conflitos entre os “grupos dominantes”, a diminuição da influência da Igreja, a fragilidade do aparelho estatal e o remanescente acesso ao controle dos meios de produção por parte dos “plebeus” (THOMPSON, 1998).

Além de relacional, e por causa disso, o poder não se restringe aos aspectos coercitivos ou racionais. Ele precisa ser representado. Deve fazer emocionar. Ele é também encenado (BALANDIER, 1982). O teatro político era recorrente na Inglaterra do século XVIII. A alta *Gentry* quando aparecia em público o fazia de forma “estudada” e “teatral”: perucas, roupas ornamentais, bengalas e gestos eram calculados para “exibir a autoridade aos plebeus e extrair deles a deferência” (THOMPSON, 1998:48).

Embora Thompson evite o conceito de classe para explicar as relações entre os pobres e a *Gentry*, ele afirma com nitidez que esses dois grupos constituíam os pólos do conflito principal daquela sociedade, o que não equivale a desconsiderar os muitos conflitos sociais protagonizados entre outros segmentos (THOMPSON, 2001: 217). Reconhecido isso, o autor problematiza o próprio teatro político, apontando como ele exprime o conflito social ao ser utilizado também por parte da plebe. Os pobres também encenavam:

É uma linguagem de fitas, fogueiras, juramentos e recusa de juramentos, brindes, charadas sediciosas e antigas profecias, folhas de carvalhos e mastros de maio, baladas com double-entendre político, até melodias assobiadas nas ruas. (...) Era uma guerra de nervos, ora satírica, ora ameaçadora” (THOMPSON, 1998:65, 66).

O teatro político permanece no mundo atual. Toda sociedade possui seu teatro, observa o autor e “Grande parte da vida política das sociedades contemporâneas só pode ser compreendida como uma luta pela autoridade simbólica” (THOMPSON, 1998:70).

No entanto, além investigar as encenações políticas como uma dimensão dos conflitos sociais, Thompson registra com nitidez até onde o poder estava descentrado. Havia luta simbólica e havia violência nua e crua: “Com regularidade e terrível solenidade os limites de tolerância do sistema social eram ressaltados pelos dias de enforcamento em Londres, pelo cadáver apodrecendo no patíbulo ao lado da estrada, pelo processional das cortes.” (THOMPSON, 1998:49).

Identificar a reciprocidade entre ricos e pobres e reconhecer as negociações por eles estabelecidas não equivale, em Thompson, a obscurecer as clivagens sociais. Trabalhar o simbólico é necessário, mas não separá-lo da dinâmica social total ou hipervalorizá-lo também é imprescindível.

No debate com Tom Nairn e Perry Anderson, aos quais Thompson acusa de forçar a história para se encaixar em seus modelos teóricos apriorísticos, aparece com nitidez a visão thompsiniana que recusa fragmentações ou hierarquizações precipitadas, porque “no curso real das análises históricas ou sociológicas (bem como políticas), é de grande importância lembrar que os fenômenos sociais e culturais não correm atrás dos econômicos após longa demora; estão na sua origem, imersos no mesmo nexos relacional.” (THOMPSON, 2001:167).

Nas pegadas de Gramsci e Thompson, pode-se dizer que a política não é mero reflexo do econômico, como também não é um processo isolado dele. Eles estão imersos juntos na origem. É dessa perspectiva que pensamos um caminho para uma história social da política.

Referências

- ANSART, Pierre. Mal-estar ou fim dos amores políticos? **História & Perspectiva**, n. 25 e 26- jul./dez. 2001/jan./jun. 2002. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, p. 55-80
- BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Brasília: Editora da UNB, 1982.
- BERSTEIN, Serge. Cultura política. RIOX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (dir). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. A história política e a tentação culturalista. **Revista História Agora**. Março de 2007, vol. 1. Disponível em www.historiaagora.com Acesso: 09/12/2010.
- FALCON, Francisco. Historia e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- GOMES, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (Orgs.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho; coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, vol. 1 e 5.
- GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- JULLIARD, Jacques. A política. In: GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, v. 28, n. 55, p. 261, jan.-jun., 2008.
- PEREIRA, Laurindo Mékie. A nova história política e o marxismo. **Opsis** (UFG-Catalão-GO), v. 8, n. 11, jul.dez. 2008, p. 97-119.
- PEREIRA, Laurindo Mékie. Reflexões sobre a atualidade e operacionalidade do materialismo histórico nos estudos das identidades regionais. **Historia & Perspectiva** (UFU), n. 40, jan.jun. 2009, p. 117-150.
- REMOND, Rene. (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SEMERARO, Giovanni. O marxismo de Gramsci. In: BOITO JUNIOR, Armando; TOLEDO, Caio Navarro; RANIERI, Jesus; TROPIA, Patrícia Vieira (Orgs.). **A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações**. 2 ed. , 2002. São Paulo: Xamã, 2002.

THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses. In: NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio (Orgs.). **E. P. Thompson As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas/SP: Unicamp, 2001, p. 75-179.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. Modos de Dominação e Revoluções na Inglaterra. In: NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio (Orgs.). **E. P. Thompson As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas/SP: Unicamp, 2001, p. 203-226.